

Material apresenta fluxos de atendimento e instruções de manejo da doença

Autoridades sanitárias de diversos países estão realizando ações precoces para evitar um surto mundial pela doença Monkeypox. Com casos já confirmados no Brasil, o Ministério da Saúde apresentou, nesta quinta-feira (14), [uma nota técnica com orientações para as equipes da Atenção Primária à Saúde](#) (APS).

Por ser usualmente o primeiro local de contato do cidadão com o Sistema Único de Saúde (SUS), as unidades que fazem parte da APS são orientadas a fazer o atendimento inicial dos usuários com suspeita da doença e indicar internação hospitalar para os casos que apresentem sinais de gravidade. Ainda é recomendado aos profissionais de saúde desses estabelecimentos o uso de equipamentos de proteção individual (EPI) desde o acolhimento e que o paciente também use máscara e seja separado dos demais usuários.

O documento apresenta as características para que o profissional de saúde faça a definição dos casos (suspeito, confirmado, descartado e provável). Para ter a doença, a pessoa precisa apresentar sintomas que são verificados no exame físico e ter o resultado/laudo de exame laboratorial "positivo/detectável" para Monkeypox vírus (MPXV) por diagnóstico molecular (PCR em Tempo Real e/ou Sequenciamento).

Também são especificados:

- Os critérios clínicos de gravidade (como confusão, sepse, estado da lesão);
- As características diferenciadas dos casos atuais;
- A população de risco (crianças, gestantes e imunossuprimidos);
- O fluxo de atendimento;
- Instruções sobre as coletas das amostras (exames confirmatórios e para diagnóstico diferencial), o armazenamento e transporte de coletas clínicas para exame laboratorial e a avaliação dos exames;
- O fluxo de reavaliação do paciente;
- As opções de tratamento medicamentoso, os cuidados com as lesões cutâneas e as orientações para o isolamento domiciliar;
- O monitoramento dos contatos (pessoas expostas a um caso suspeito, provável ou confirmado de MPXV) e dos pacientes, bem como as possíveis complicações.

O Ministério da Saúde recomenda que a nota técnica seja divulgada de forma ampla pelos gestores locais, tanto das secretarias de saúde quanto dos estabelecimentos, para todos os profissionais que trabalham na Atenção Primária. Conforme novas evidências forem apresentadas, a nota informativa será atualizada e disponibilizada.

A doença

Classificada como endêmica em países da África Central e Ocidental, a doença chegou a outros continentes em 2022. Foi identificada em 1958 e é causada pelo vírus Monkeypox (MPXV) do gênero Orthopoxvirus, da família Poxviridae. Trata-se de uma doença zoonótica viral, cuja transmissão para humanos pode ocorrer por meio do contato com animal ou humano infectado ou com material corporal humano contendo o vírus. Apesar do nome, os macacos não são reservatórios.

Os sinais e sintomas duram de duas a quatro semanas. O período de incubação, quando a pessoa infectada é assintomática, é tipicamente de seis a 16 dias, mas pode chegar a 21 dias. Inicialmente, os sintomas incluem febre súbita, dor de cabeça, dores musculares, dores nas costas, adenomegalia, calafrios e exaustão.

Já a manifestação cutânea, mais conhecida pela população, ocorre entre um e três dias após os

sinais e sintomas iniciais e a erupção da Monkeypox na pele passa por diferentes estágios: mácula, pápula, vesícula, pústula e crosta. Quando aparecem, as lesões têm diâmetro de meio centímetro a um centímetro e podem ser confundidas com varicela ou sífilis. A principal diferença é a evolução uniforme das lesões na MPX.

Para evitar que haja um estigma e ações contra os primatas não humanos, o Ministério da Saúde optou por não denominar a doença no Brasil como varíola dos macacos. O reservatório natural da doença ainda está sendo investigado, principalmente em pequenos roedores. Assim, apesar do estrangeirismo, uma tentativa de solucionar a situação foi a de usar a denominação dada pela Organização Mundial da Saúde (OMS): Monkeypox.

Fonte: Ministério da Saúde, em 14.07.2022